



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Processo SAJ-MP/AL nº 10.2018.00000179-0

**TERMO DE CORREIÇÃO – 2ª PJ DE PORTO CALVO
10.2018.00000179-0**

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017-CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Resolução 04/2014, de 27 de maio de 2015.) Atuar nos feitos de interesse do Ministério Público diante da 2ª Vara da Comarca de Porto Calvo, inclusive perante o Tribunal do Júri . a) Atuar em defesa da probidade administrativa em todas as esferas político-administrativas; b) Velar pelas fundações, fiscalizar os registros públicos e as entidades de interesse público; c) Atuar em defesa do meio ambiente, da ordem urbanística e do patrimônio histórico e cultural; d) Investigar e promover a ação penal nos crimes decorrentes de condutas relacionadas às suas atribuições; e) Atuar nos inquéritos policiais de numeração par; f) Atuar em defesa de todos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos indisponíveis relacionados ao livre e pleno exercício da cidadania, inclusive na defesa da saúde, dos idosos, dos deficientes, dos direitos humanos e no combate a qualquer forma de preconceito e discriminação, bem como em defesa de qualquer outro interesse difuso ou coletivo que não seja da atribuição de outra Promotoria de Justiça. g) Atuar nos processos e procedimentos que tramitam no Juizado Especial de Porto Calvo; h) Atuar nos processos relacionados às atribuições acima especificadas, tramitem em qualquer das varas da Comarca de Porto Calvo.

Municípios que compõem a área de atuação: **PORTO CALVO (SEDE), CAMPESTRE E JACUIPE**

Promotor de Justiça Titular: **ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA**

Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado:

Endereço da Unidade: **RUA DO RAFAEL, S/N, PORTO CALVO – AL, data da Correição 24/04/2018, às 11:00 horas**

Expediente da Unidade: **7:30 ÀS 13:30**

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: **24 DE SETEMBRO DE 2014**

Reside no local de lotação? **SIM**

Exerce o magistério? **NÃO**

Responde a procedimento administrativo disciplinar ? **NÃO**

Responde cumulativamente por outro órgão? **NÃO**

Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? **NÃO**

Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? **NÃO**

Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? **NÃO**

Exerce a advocacia? **NÃO**

original, acesse c

SCIME/AL/2018/03/03/2018/1566

O DC/AL/2018/03/03/2018/1566

SAL/AL/2018/03/03/2018/1566

BEI/AL/2018/03/03/2018/1566

men/AL/2018/03/03/2018/1566

do di/AL/2018/03/03/2018/1566

nal/as/AL/2018/03/03/2018/1566

a do/AL/2018/03/03/2018/1566

Este documento é

<https://www.mpal.l>

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Atendimento ao público: SIM	
Estrutura de Pessoal: FALTAM OFICIAL DE PROMOTORIA, ASSISTENTE E SECRETÁRIA. CONTA COM UMA ATENDENTE	
Estrutura física: RAZOÁVEL	
Sistema de Arquivo: PRÓPRIO COM ARMÁRIOS E PASTAS E EM SISTEMA DE COMPUTADOR	
Sistema de Registro: REGISTRO ATRAVÉS DO SISTEMA SAJ-MP	
De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? SE A QUESTÃO SE REFERE A RECURSOS FINANCEIROS, NÃO RECEBEMOS EM QUALQUER HIPÓTESE, SENDO OS MESMOS DESTINADOS DIRETAMENTE PELO INTERESSADO A FUNDOS LEGAIS, MUNICIPAIS, ESTADUAIS OU ATÉ FEDERAIS.	
Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária?	nesses
Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: 00	
Observações:	origina

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO	
Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA e CRIMES	
Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: NÃO	em 03/05
Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: NÃO	
Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: NÃO	O NASCIM go 14/11/2016
Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma resumida esse acompanhamento: O ACOMPANHAMENTO É FEITO ATRAVÉS DO PRÓPRIO PROCESSO, SEMPRE QUE SE ABRE A OPORTUNIDADE DE FALAR NOS AUTOS	
Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: NÃO HOUVE NOS ÚLTIMOS 12 MESES ATUAÇÃO EM TUTELA COLETIVA, POIS QUE NÃO APARECEU DEMANDA NESSE SENTIDO EXCETO UMA ÚNICA DEMANDA ENVOLVENDO A EXPLORAÇÃO DE PARQUES DE DIVERSÕES NA CIDADE DE PORTO CALVO ONDE APÓS A ABERTURA DO COMPETENTE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO FOI TOMADO DO MUNICÍPIO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, TENDO O MESMO CUMPRIDO O TERMO. HÁ, POR OUTRO LADO, ATUAÇÃO CONSTANTE NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ABERTURA DE INQUÉRITOS CIVIS PÚBLICOS PARA INVESTIGAÇÃO E SOLUÇÃO DOS MAIS DIVERSOS INTERESSES	p digital ne o p 02.09.2016
Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): NÃO HOUVE CASOS DE REPERCUSSÃO SOCIAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES. POR OUTRO LADO, AS AÇÕES DE IMPROBIDADE EM TRÂMITE, GERALMENTE, POR SUA PRÓPRIA NATUREZA, SÃO COMPLEXAS, TRATANDO-SE A MAIORIA DE VIOLAÇÕES DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.	
Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever que forma se opera essa integração: SIM, ATRAVÉS DO ACIONAMENTO DA PROMOTORIA PELO CENTRO DE APOIO, COMO CASO ENVOLVENDO OS LIXÕES DOS MUNICÍPIOS DA COMARCA.	Este documento é de https://www.mpal.mp.br/auten

Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental ? () Sim. (X) Não.
Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL

V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS

PERÍODO			
Saldo anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências judiciais realizadas			
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores			
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça			

Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).
Observações:

V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS

PERÍODO			
Saldo anterior (ações penais):			
Distribuídos no mês (ações penais):			
Devolvidos no mês (ações penais):			
Saldo do mês atual (ações penais):			
Saldo anterior (inquéritos policiais):			
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):			
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):			
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):			
Arquivamentos (inquéritos policiais):			
Denúncias oferecidas:			
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:			
Termos Circunstanciados distribuídos:			
Audiências judiciais realizadas:			
Recursos interpostos:			
Sessões do Tribunal do Júri:			

Observações:

V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS

PERÍODO*			
----------	--	--	--

Notícias de fato distribuídas:	08		
Inquéritos Cíveis Públicos:	00		
Procedimentos Preparatórios:	03		
Procedimentos Administrativos:	00		
TAC firmado:	02		
Execução de TAC proposta:	00		
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:	00		
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	01		site
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	00		
Arquivamento sem Remessa:	00		al, a
Arquivamento com Remessa:	02		
Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e oitivas informais de adolescentes):	00		conferir o
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	00		
Reuniões (com ata):	00		018.
Atendimento ao público:			
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):	NÃO SE APLICA		em 03/
Instauração de PIC:	00		
Arquivamentos de PIC:	01		CIME 56F.
Número de interceptações telefônicas iniciadas:	00		
Observações: *OS DADOS SE REFEREM AO MÊS DE ABRIL DE 2018			

AO DO
o código

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade):
	Ações para a defesa de direito individual indisponível: 01
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos eleitorais NÃO SE APLICA	Com vista há mais de 30 dias: -----
	Com vista há mais de 6 meses: -----
	Com vista há mais de 12 meses: -----

o 10/20

assinado digitalmente
informe o pnc

a do origi
r/autentici

Este documento é
https://www.mpa.l.

Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 2
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 01
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: 02
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): 01
	Em tramitação há mais de 180 dias: 02
Inquéritos Civi	Em tramitação há menos de 1 ano: 05
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação): 07
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano:
	Em tramitação há mais de 1 ano:
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	00
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	00
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	04
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Termos Circunstanciados:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 30 dias: 00
	Com vista há mais de 6 meses: 00
	Com vista há mais de 12 meses: 00
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias: 00
	Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação): 00
	Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação): 00
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	
	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes: não se aplica
	Fundações: inexistentes
	Estabelecimento de idosos: inexistente

Estabelecimentos de deficientes: 00
Estabelecimentos de saúde: 00
Estabelecimentos de comunidades terapêuticas: inexistentes
Delegacias de Polícia: 01
Estabelecimentos Prisionais: inexistentes
Unidades de Medicina Legal: inexistentes
Unidades de Perícia Criminal: inexistentes
Estabelecimentos prisionais: inexistentes
Unidades de Internação para adolescentes: inexistentes
Estabelecimentos prisionais militares: inexistentes
Outros estabelecimentos: 00

Observações:

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
VI.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS			
PERÍODO			
Saldo do mês anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências realizadas			
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça			
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês). Observações:			
VI.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO			
Notícias de fato distribuídas			
Inquéritos Cíveis Públicos			
Procedimentos Preparatórios			
Procedimentos Administrativos			
TAC firmado			

Execução de TAC proposta			
Ação Civil Pública proposta			
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta			
Arquivamento sem Remessa			
Arquivamento com Remessa			
Termos de Depoimento			
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)			
Reuniões (com ata)			
Recomendações			
Observações: * ESTA PROMOTORIA NÃO TEM ATRIBUIÇÕES NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE			
VI.III-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidades(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas	Não se aplica	
	Ações para a defesa do direito individual indisponível	Não se aplica	
	Ações de destituição do poder familiar e outras	Não se aplica	
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:	Não se aplica	
	Com vista há mais de 6 meses:	Não se aplica	
	Com vista há mais de 12 meses:	Não se aplica	
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:	Não se aplica	
	Com vista há mais de 6 meses:	Não se aplica	
	Com vista há mais de 12 meses:	Não se aplica	
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	Não se aplica	
	Em tramitação há mais de 30 dias:	Não se aplica	
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:	Não se aplica	

Para conferir o original, acesse o site
<https://www.mpal.mp.br/autenticidade>, informe o processo 10.2018.00000179-0 e o código 14156F.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ROBERTO SALOMAO DO NASCIMENTO e
<https://www.mpal.mp.br/autenticidade>, informe o processo 10.2018.00000179-0 e o código 14156F.

	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):	Não se aplica	
	Em tramitação há mais de 180 dias:	Não se aplica	
Inquéritos Cíveis	Em tramitação há menos de 1 ano:	Não se aplica	
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):	Não se aplica	
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:	Não se aplica	
	Em tramitação há mais de 90 dias:	Não se aplica	
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:	Não se aplica		
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:	Não se aplica		
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:	Não se aplica		
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:	Não se aplica		
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:	Não se aplica	
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:	Não se aplica	
	Entidades de acolhimento institucional:	Não se aplica	
	Outras unidades de atendimento:	Não se aplica	
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:	Não se aplica	
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):	Não se aplica		

Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):	Não se aplica		
Observações:	Não se aplica		
VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO- ATO INFRACIONAL			
PERÍODO			
Saldo do mês anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências judiciais realizadas			
Recursos interpostos			
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP			
Notícia de fato distribuída			
Arquivamentos			
Remissões			
Representações			
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)			
Audiências de Oitivas informais			
Observações:			
VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		

	Com vista há mais de 12 meses:	
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Se existe critério de recebimento de feitos:		
Observações:		

conferir o original, acesse o site

VII-PROMOTORIA ELEITORAL			
VII.I. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL			
PERÍODO			
Saldo do mês anterior			
Distribuídos no mês			
Devolvidos no mês			
Saldo do mês atual			
Audiências judiciais/Sessões			
Recursos interpostos			
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês subtraído os impulsionados no mês).			
Observações:			
VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS			
PERÍODO			
1. Notícias de fato distribuídas			
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas			
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado			
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)			
5. Arquivamento sem remessa			
6. Arquivamento com remessa			
7. Audiências Extrajudiciais inquisitórias			

SALOMAO DO NASCIMENTO em 03/01/79-08 o código 14156F.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por F. https://www.mpa.mp.br/autenticidade, informe o processo 10.2

8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas			
9. Inquéritos Policiais Eleitorais			
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral			

VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			
Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:		ROBERTO SALOMAO DO NASCIMENTO em 03/09/2018. Para conferir o original, acesse o site 018.00000179-0 e o código 14156F.
	Com vista há mais de 90 dias:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 90 dias:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):		
	Fora do prazo para manifestação:		
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 90 dias:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:		
	Com vista há mais de 6 meses:		
	Com vista há mais de 12 meses:		
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:		
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):		
	Fora do prazo:		
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:		
	Em tramitação há mais de 90 dias		
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:		
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:		
	Fora do prazo:		
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:			
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:			
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:			
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:			
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.			

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE

X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)			
ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Notícias de Fato	01.2018.00001195-6	31/03/2018	Finalizado/C. Denúncia
Notícias de Fato	01.2018.00001338-7	14/04/2018	Finalizado – Evoluído para PP.
Procedimento Administrativo	09.2018.00000069-2	19/04/2018	Em andamento
Procedimento Administrativo	09.2018.00000039-2	13/01/2018	Em andamento
Procedimento Preparatório	06.2018.00000434-4	14/04/2018	Em andamento
Procedimento Preparatório	06.2018.00000329-0	15/03/2018	Em andamento
Inquérito Civil Público	06.2018.00000028-1	09/01/2018 Portaria	Em andamento
Inquérito Civil Público	06.2018.00000015-9	06/01/2018	Em andamento
Homicídio Qualificado	0501503-71.2007.8.02.0050	12/04/2018	Em andamento

Ação de Curatela	0700307-33.2017.8.02.0050	19/03/2018	Em andamento
OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Atuação do Promotor de Justiça em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP.			
ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): No tocante à avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação, a presteza, a dedicação e a colaboração efetiva nas atividades da Unidade, atribui-se aos Representantes Ministerial o conceito Muito Bom (MB), nos termos do estabelecido no art.6º, XXII, do Ato nº001/2017 – CGMP/AL.			
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORREICIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL): Caso haja atendimento ao público, deverá a Representante Ministerial registrá-los no respectivo fluxo do SAJ/MP. Remeta-se cópia do presente Termo de Correição ao Representante Ministerial.			
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO		
NOME: Adriano Jorge Correia de Barros Lima	NOME: Roberto Salomão do Nascimento		

20 de agosto de 2018

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os dados estatísticos relativos ao Item V não puderam ser extraídos do sistema em razão do mesmo não ter disponibilizado as referidas informações, conforme informação prestada pelo SUPORTE SAJ/MP (em anexo), devido a problemas corriqueiros e sempre presentes do referido sistema, como já é conhecido.

Sabe-se que com a entrada definitiva do sistema SAJ-MP em operação, os relatórios estatísticos que antes se faziam de forma manual a cada manifestação do promotor, atualmente tais dados estão sendo (ou deveriam está) consolidados pelo referido sistema, não tendo este Promotor feito anotações de cada manifestação ou ato em separado, confiando que o sistema pudesse fornecer, como prometido, tais informações.

Assim, fica este Promotor no aguardo da solução técnica prometida pela empresa responsável pelo sistema SAJ-MP a fim de, posteriormente, enviar tais relatórios.

Por fim, informo que as férias deste Promotor foram deferidas para serem gozadas a partir do dia 20 de abril do corrente ano, por um período de trinta dias, conforme deferido no Proc. PGJ n.º 943/2018, publicado no DO edição do dia 12 de abril de 2018, já tendo havido a comunicação ao substituto, à Corregedoria e à Procuradoria-Geral de Justiça.

Porto Calvo, 19 de abril de 2018.


ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

20 de agosto de 2018